

MARALTO TERMINAL DE CONTÊINERES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

MARALTO TERMINAL DE CONTÊINERES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Maralto Terminal de Contêineres S.A.
Curitiba - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Maralto Terminal de Contêineres S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maralto Terminal de Contêineres S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Maralto Terminal de Contêineres S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional

A Companhia está em fase pré-operacional e, uma vez que ainda não possui receita operacional, ela vem apresentando sucessivos prejuízos nos últimos exercícios, dependendo da integralização de capital para sua continuidade. Conforme Nota Explicativa nº 1, o início de sua operação depende da obtenção de licenças emitidas por órgãos governamentais e do sucesso em obter suas renovações e aportes de capital dos Acionistas e/ou da obtenção de recursos de terceiros para viabilizar a construção do porto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros Auditores Independentes, com relatório emitido em 27 de abril de 2022 que continha incertezas quanto à continuidade operacional e com relação a possíveis vantagens indevidas junto ao IBAMA. Para o exercício findo em 2022 a investigação com relação às vantagens indevidas foi encerrada.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Maralto Terminal de Contêineres S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Maralto Terminal de Contêineres S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Maralto Terminal de Contêineres S.A.;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Maralto Terminal de Contêineres S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Maralto Terminal de Contêineres S.A. a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de março de 2023.

MARALTO TERMINAL DE CONTÊINERES S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2022	2021		Nota explicativa	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.123	87	Fornecedores	10	159	5
Tributos a recuperar		43	35	Impostos corrente a pagar	11	20	40
Outros créditos	5	109	4	Obrigações trabalhistas e sociais	12	77	73
		<u>3.275</u>	<u>126</u>			<u>256</u>	<u>118</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais e cauções	6	1.107	1.100	Provisão para contingências	13	-	1.100
Imobilizado	7	17.290	17.218			-	1.100
Intangível	8	72	21				
		<u>18.469</u>	<u>18.339</u>	Patrimônio líquido	14		
				Capital social		76.696	71.173
				Prejuízo acumulado		(55.208)	(53.926)
						<u>21.488</u>	<u>17.247</u>
Total do ativo		<u><u>21.744</u></u>	<u><u>18.465</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>21.744</u></u>	<u><u>18.465</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MARALTO TERMINAL DE CONTÊINERES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Despesas operacionais	15		
Despesas gerais e administrativas		(1.653)	(3.425)
Outras receitas e despesas operacionais		32	5
		<u>(1.621)</u>	<u>(3.420)</u>
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(1.621)	(3.420)
Despesas financeiras	16	(3)	(5)
Receitas financeiras	16	342	4
(=) Resultado financeiro líquido		339	(1)
(=) Prejuízo líquido do exercício		<u>(1.282)</u>	<u>(3.421)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MARALTO TERMINAL DE CONTÊINERES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	<u>(1.282)</u>	<u>(3.421)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(1.282)</u></u>	<u><u>(3.421)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MARALTO TERMINAL DE CONTÊINERES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Capital a Integralizar	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	86.800	(21.548)	(50.505)	14.747
Integralização de capital	-	5.921	-	5.921
Prejuízo do exercício	-	-	(3.421)	(3.421)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	86.800	(15.627)	(53.926)	17.247
Subscrição de capital	10.000	-	-	10.000
Integralização de capital	-	(4.477)	-	(4.477)
Prejuízo do exercício	-	-	(1.282)	(1.282)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	96.800	(20.104)	(55.208)	21.488

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MARALTO TERMINAL DE CONTÊINERES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	(1.282)	(3.421)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação / Amortização	33	51
Baixa de imobilizado	998	-
Baixa de intangível	18	-
Provisão (reversão) de contingências	(1.100)	1.100
	(1.333)	(2.270)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Contas a receber de clientes	-	1
Depósitos judiciais e cauções	(7)	(1.046)
Outros créditos	(105)	-
Tributos a recuperar	(8)	(5)
Fornecedores e outras contas a pagar	154	(35)
Impostos correntes a pagar	(20)	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	(2.290)
Obrigações trabalhistas e sociais	4	(43)
Outros passivos	-	(1)
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	(1.315)	(5.689)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(1.149)	(196)
Venda do imobilizado	49	3
Compras de ativos intangíveis	(72)	-
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.172)	(193)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	5.523	5.921
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos	5.523	5.921
(=) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.036	39
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	87	48
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.123	87
(=) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.036	39

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Maralto Terminal de Contêineres S.A., (“Companhia”) está em fase pré-operacional e tem sede na Avenida Iguaçu, nº 2820, conj. 61, andar 6, Cond. Iguaçu 2820 CD, Bloco BL Corporativo, bairro Água Verde, CEP 80240- 031, Município de Curitiba, Estado do Paraná, e foi constituída em 1º de novembro de 1995, com prazo de duração indeterminado.

A Companhia tem por objeto social:

- a) Atividades de operação de portos marítimos, terminais portuários e cais;
- b) Atividades de operações portuárias e logísticas integradas;
- c) Movimentação e armazenamento de cargas;
- d) Atividades auxiliares dos transportes aquaviários;
- e) atividades relacionadas à organização logística do transporte de cargas;
- f) Carga e descarga, por manuseio ou não, de mercadorias, serviço de estiva, desestiva e capatazia;
- g) Serviços auxiliares e paralelos à movimentação de produtos, bens, equipamentos e veículos nas operações de importação, exportação ou cabotagem, serviços de reparos de contêineres; e
- h) Participação no Capital Social de outras sociedades, como Sócia ou Acionista.

A Maralto Terminal de Contêineres S.A. explorará atividades portuárias por meio de terminais privados, movimentação e estocagem de cargas de transbordo, importação e exportação, bem como transporte via cabotagem. Quando em operação completa na primeira fase que, segundo as expectativas da Administração, ocorrerá ao longo de 2026, o porto poderá receber a atracação simultânea de três navios e terá a capacidade de movimentar cerca de 980 mil TEU' (*Twenty-foot Equivalent Unit*). A partir da 3ª fase de construção, o Terminal terá a capacidade de movimentar cerca de 3 milhões de TEU por ano.

O terminal terá uma área de 627.909,85 m² composta por terreno de propriedade da Companhia e áreas de aterro e áreas da SPU - Secretaria do Patrimônio da União.

Em 14 de agosto de 2014, foi assinado o termo de adesão com a SEP (Secretaria dos Portos da Presidência da República) sob o número 06/2014-ANTAQ autorizando formalmente a licença administrativa para o funcionamento do Porto Pontal de acordo com a Lei nº12.815/2013. Tal termo de adesão possui prazo de 25 anos, contados da sua assinatura.

A Companhia possui uma licença ambiental de instalação (“LI”) de nº 1059/2015 vigente até outubro de 2023. A licença de instalação foi emitida em 5 de maio de 2015, com prazo de vigência de 3 anos e Companhia obteve sua prorrogação até outubro de 2023, conforme Ofício nº 256/2022/COMAR/CGMAC/DILIC.

A Companhia depende de quantias significativas para a continuidade e viabilidade da construção do Terminal Portuário, as quais deverão ser suportadas pelos acionistas. Os acionistas também demonstram intenção de apoiar financeiramente a Companhia, por meio de capital próprio ou obtendo financiamento junto a terceiros, para garantir a viabilização dos investimentos necessários para viabilizar o projeto até o momento de geração de caixa operacional.

Em dezembro de 2021, a Acionista J.C.R. Administração e Participações S.A. alienou a totalidade das ações da Companhia para a Vinci Infraestrutura Transporte e Logística Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 42.847.106/0001-75. A efetiva transferência das ações e de controle e administração da Companhia ocorreu em 18 de maio de 2022, após a aprovação dos Órgãos Reguladores.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela pelos diretores da Companhia em 16 de março de 2023.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e de conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, quando aplicável, apresentando-se de maneira comparada com as do exercício anterior, inclusive, de acordo com a Lei nº 11.638/07.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes:

3.1. Caixa e equivalentes caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado ("CA"); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJR somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(b) Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação.

As perdas comprovadas ou prováveis de determinados itens que, em função do tempo, do avanço tecnológico ou de outros fatores, tenham se tornado ou possam tornar-se obsoletos ou deteriorados, devem ser objeto de ajuste por provisão. Nesses casos devem ser avaliados pelo seu valor líquido de realização.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

(c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

(d) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse" e:
 - (i) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
 - (ii) A Companhia não transferiu tampouco reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(e) Passivos financeiros - classificação

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar.

(f) Passivos financeiros - mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

(g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*").

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável do ativo, pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. As vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Instalações	10
Computadores e periféricos	5
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em relação ao exercício anterior, não houve alterações nas vidas úteis e valores residuais dos ativos.

3.4. Intangível

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

3.5. Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são consideradas como não circulantes.

3.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial.

3.7. Benefícios a empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

3.8. Provisão para contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos Assessores Jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e tampouco divulgação.

3.9. Tributação

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço, eventuais estimativas recolhidas durante o exercício corrente poderão ser compensadas com futuros impostos a pagar.

A taxa de Imposto de Renda corrente é calculada com base em leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas durante o exercício corrente nos países onde as controladas e associadas da Empresa operam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita a interpretação e estabelece disposições, se necessário, com base em montantes que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Como a base tributável do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Empresa e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social.

3.10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 1 - apresentação das demonstrações contábeis

De acordo com o IAS 1 (*Presentation of financial statements*), para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 (*Classification of liabilities as current or non-current*), cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta maneira, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - tributos sobre o lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor:

Descrição	2022	2021
Caixa e bancos (i)	56	87
Aplicação financeira (ii)	3.067	-
	<u>3.123</u>	<u>87</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de caixa e bancos era de R\$ 42, o valor de R\$87 compreende um saldo de R\$45 referente a bloqueio judicial. Em 2022 houve o desbloqueio deste valor, com isso o saldo de caixa e bancos é de R\$ 56;
- (ii) Aplicação financeira está mensurada pelo valor justo por meio do resultado e possui liquidez diária. A aplicação financeira é do tipo CDB, mantida em instituição financeira de primeira linha, está remunerada pela taxa de 99% do CDI.

5. Outros créditos

Descrição	2022	2021
Assinaturas	2	-
Seguros	107	-
Outros adiantamentos	-	4
	<u>109</u>	<u>4</u>

6. Depósitos judiciais e cauções

Descrição	2022	2021
Depósitos judiciais (i)	1.100	1.100
Depósitos cauções	7	-
	<u>1.107</u>	<u>1.100</u>

- (i) Em maio de 2021, a Companhia realizou um depósito judicial no valor de R\$1.100. Este depósito foi efetuado em razão de determinação judicial oriunda da Ação Cautelar 4.446, decorrente do INQ 4.309, ambos em trâmite sob sigilo perante o Supremo Tribunal Federal. No curso da investigação, houve a decretação de medidas cautelares, dentre elas a determinação de bloqueio de valores da Companhia (no valor do depósito judicial) que figura como terceira interessada nos autos da ação cautelar e não é parte investigada no referido inquérito. Em 09.12.2020, atendendo a pedido da Companhia, foi autorizada a substituição do bloqueio judicial por depósito judicial, o que foi efetuado em 20.05.2021 mediante depósito pela Companhia em conta judicial do referido valor de R\$ 1.100.

MARALTO TERMINAL DE CONTÊINERES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

7. Imobilizado

(i) Composição do ativo imobilizado

Descrição	2022			2021
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	11.654	-	11.654	4.651
Adiantamento para compra de terreno (a)	-	-	-	7.654
Computadores e periféricos	9	2	7	30
Máquinas e equipamentos	2	2	-	2
Móveis e utensílios	92	44	48	121
Veículos	-	-	-	-
Instalações	-	-	-	10
Benfeitorias em imóveis	-	-	-	318
Imobilizações em andamento (b)	5.581	-	5.581	4.432
	<u>17.338</u>	<u>(48)</u>	<u>17.290</u>	<u>17.218</u>

(ii) Mapa de movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Aquisição	Baixa	Venda	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	4.651	-	(651)	-	-	7.654	11.654
Adiantamento para compra de terreno (a)	7.654	-	-	-	-	(7.654)	-
Computadores e periféricos	30	-	-	(11)	(12)	-	7
Máquinas e equipamentos	2	-	-	(1)	(1)	-	-
Móveis e utensílios	121	-	(32)	(28)	(13)	-	48
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Instalações	10	-	-	(9)	(1)	-	-
Benfeitorias em imóveis	318	-	(315)	-	(3)	-	-
Imobilizações em andamento (b)	4.432	1.149	-	-	-	-	5.581
	<u>17.218</u>	<u>1.149</u>	<u>(998)</u>	<u>(49)</u>	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>17.290</u>

MARALTO TERMINAL DE COINTÊINERES S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	4.651	-	-	-	-	4.651
Adiantamento para compra de terreno (a)	7.654	-	-	-	-	7.654
Computadores e periféricos	73	-	(13)	(30)	-	30
Máquinas e equipamentos	7	-	(1)	(4)	-	2
Móveis e utensílios	198	-	(22)	(55)	-	121
Veículos	-	-	-	-	-	-
Instalações	16	-	(1)	(5)	-	10
Benfeitorias em imóveis	350	-	(32)	-	-	318
Imobilizações em andamento (b)	4.236	218	-	(22)	-	4.432
	<u>17.185</u>	<u>218</u>	<u>(69)</u>	<u>(116)</u>	<u>-</u>	<u>17.218</u>

- (a) Refere-se a duas áreas situadas em Pontal do Sul, no Município e Comarca de Pontal do Paraná, para as quais existe escritura pública de compra e venda, cujo registro foi concluído em 15 de dezembro de 2017 nas matrículas 8.747 e 8.748 do Registro de Imóveis de Pontal do Paraná;
- (b) Referem-se a gastos incorridos com o desenvolvimento de estudos para a preparação do projeto portuário, compostos por serviços de assessoria relacionados aos estudos dos impactos ambientais, preparação do projeto básico de energia para a alimentação dos equipamentos portuários, topografia e outros, considerados essenciais para o andamento do projeto.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não houve a necessidade de constituição de provisão.

8. Intangível

(i) Composição do ativo intangível

Descrição	2022		2021	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e Patentes	-	-	-	2
Software	-	-	-	19
Intangíveis em andamento	72	-	72	-
	<u>72</u>	<u>-</u>	<u>72</u>	<u>21</u>

MARALTO TERMINAL DE COINTÊINERES S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

(ii) Mapa de movimentação do ativo intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Aquisição	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Marcas e Patentes	2	-	(2)	-	-
Software	19	-	(16)	(3)	-
Intangíveis em andamento	-	72	-	-	72
	<u>21</u>	<u>72</u>	<u>(18)</u>	<u>(3)</u>	<u>72</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Marcas e Patentes	2	-	-	-	2
Software	26	-	-	(7)	19
Intangíveis em andamento	-	-	-	-	-
	<u>28</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21</u>

9. Partes relacionadas

Transações

O valor movimentado em 2022 foi de R\$ 189 mil que se refere a despesas rateadas pela holding operacional do Grupo JCR, conforme contrato de compartilhamento (rateio) de despesas da holding para suas controladas firmado em 01 de janeiro de 2018. Todo valor adquirido em 2022 foi totalmente quitado, antes da troca de controle ocorrida em 18 de maio de 2022

As transações acima foram realizadas de acordo com os termos e condições celebrados entre as partes levando-se em consideração a estrutura de custos e fluxo de caixa das empresas do Grupo JCR como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros não integrantes do Grupo.

Após a transferência de controle acionário da Companhia realizada em 18 de maio de 2022, não houve mais transações entre partes relacionadas e o compartilhamento foi encerrado.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria, cujo diretores são remunerados no montante de R\$ 260 (R\$ 828 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

10. Fornecedores

Os fornecedores referem-se à venda de materiais, serviços dos projetos da empresa e serviços prestados de engenharia referentes à operação e manutenção. Os valores têm previsão de quitação no primeiro semestre de 2023.

11. Impostos corrente a pagar

Descrição	2022	2021
IRRF sobre serviços prestados	3	39
CSRF sobre serviços prestados	17	1
	<u>20</u>	<u>40</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

12. Obrigações trabalhistas e sociais

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	26	-
INSS	12	31
FGTS	2	-
IRRF sobre folha	10	-
Provisão de férias	20	32
Encargos sobre provisão férias	7	10
	<u>77</u>	<u>73</u>

Em 31 de dezembro de 2021 foi divulgado o valor de R\$113 na linha de obrigações sociais e fiscais. Em 2022 esse valor foi segregado em duas rubricas, sendo elas: impostos correntes a pagar e obrigações trabalhistas e sociais.

13. Contingências

A Companhia não tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como provável no exercício findo de 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 a empresa possuía provisionada Ação Popular que requer a nulidade de todas as licenças concedidas a Companhia no Processo Administrativo junto ao IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Os Assessores Jurídicos Externos da Companhia para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 avaliaram que as discussões relacionadas ao tema têm chances de perda remota.

Em 31 de dezembro de 2022, a Maralto possuía os seguintes processos de contingência passiva na área cível com prognóstico de perda possível:

- (i) Ação Popular nº 5002585-83.2018.4.04.7008 da 11ª Vara Federal de Curitiba - PR
- Autor: Davi do Rosário;
 - Réu: A Companhia, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, o Estado do Paraná e a União - Advocacia Geral da União;
 - Valor possível de perda: inaplicável dada a natureza da ação;
 - Data do ajuizamento: 02 de agosto de 2018;
 - Objeto: declarar a nulidade:
- (i) Do Contrato de Adesão nº 06/2014-ANTAQ, de 14/08/2014 (e eventuais atos acessórios ou sucessivos); e
- (ii) Reconhecer que o Estado do Paraná ainda detém o domínio útil do imóvel objeto do Título de Terras nº 697, e por via de consequência seja determinada sua imissão na posse do imóvel, ainda de sua propriedade.

Em sede de recurso, foram acolhidos os nossos argumentos no sentido de que o pronunciamento da prescrição na Ação Popular 5002545-09.2015.4.04.700 impede a discussão sobre a validade da propriedade da área pela Companhia. Por esse motivo, foi determinada a suspensão do processo, até o trânsito em julgado (impossibilidade de interpor novos recursos) da decisão que pronunciou a prescrição.

Os autos estão conclusos a juíza de primeira instância para fins de prolação de sentença prevista para o primeiro semestre de 2023.

(ii) Ação Popular nº 5004714-03.2014.4.04.7008 da 11ª Vara Federal de Curitiba - PR

- Autor: Mário Teixeira;
- Réu: a Companhia, Mário Póvia - Diretor da ANTAQ, Fernando José de Pádua Costa Fonseca - Diretor da ANTAQ e ANTAQ;
- Valor possível de perda: inaplicável dada a natureza da ação;
- Data do ajuizamento: 17 de outubro de 2014;
- Objeto: objetiva a obtenção de liminar para suspender os efeitos do Contrato de Adesão MT/DP nº 47/96 e do Contrato de Adesão (Adaptação) nº 06/2014; b) no mérito, requer a declaração de nulidade dos atos alegados como lesivos ao patrimônio não público, culminando com o impedimento à construção do Terminal Portuário Privado;

Em 16 de dezembro de 2022 os autos foram conclusos para julgamento em primeira instância e aguarda o devido encaminhamento do poder judiciário. Vide Nota Explicativa nº 21 - Eventos subsequentes.

(iii) Ação Popular nº 5001835-86.2015.4.04.7008 da 11ª Vara Federal de Curitiba - PR

- Autor: Mário Teixeira;
- Réu: a Companhia, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Instituto Água e Terra - IAT/PR, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e Volney Zanardi Junior;
- Valor possível de perda: inaplicável dada a natureza da ação;
- Data do ajuizamento: 29 de julho de 2015;
- Objeto: objetiva a declaração de nulidade da licença de instalação do Porto nº 1059/2015. O pedido de nulidade da licença tem, por fundamento, a ausência de participação da FUNAI no processo de licenciamento ambiental do terminal portuário e a existência de comunidades indígenas na área de influência direta do referido terminal portuário.

Em 13 de junho de 2022, iniciou-se a produção da prova pericial, com a visita técnica no imóvel. O objetivo da perícia é identificar se o projeto cumpre a legislação ambiental e se os demais órgãos envolvidos (como IAT e IBAMA) estão observando essas normas.

Em 12 de dezembro de 2022 foi apresentado o laudo pericial que, a princípio, não identificou questões relevantes atinentes ao processo de licenciamento.

O valor das causas cíveis classificadas como possível somam o montante de R\$ 51 mil.

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus Assessores Jurídicos Internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus Assessores Jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

14. Patrimônio Líquido

(i) Capital Social

O Capital Social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$96.800 (R\$86.800 em 2021), representado por 100.000.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

No ano-calendário de 2021, o acionista J.C.R. Administração e Participações S.A. integralizou capital no montante de R\$5.921. Desta forma o capital social no ano encerrou com o saldo de R\$86.800 na rubrica de capital subscrito e R\$71.173 registrado na rubrica de capital social integralizado.

MARALTO TERMINAL DE COINTÊINERES S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

No período de janeiro a abril de 2022, ocorreram integralizações mensais realizadas pelo acionista J.C.R. Administração e Participações S.A.

Ainda em 2022, houve subscrição de capital aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de maio de 2022 no valor de R\$10.000.000, com a conseqüente emissão 99.990.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$0,000100010001 por ação, a serem subscritas e integralizadas pelo fundo Vinci Infraestrutura Transporte e Logística Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Na mesma data foram integralizados R\$ 5.000, restando o saldo de R\$ 5.000 a integralizar.

Os antigos controladores alienaram a totalidade das ações da Companhia para Vinci Infraestrutura Transporte e Logística Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 42.847.106/0001-75. A efetiva transferência das ações e de controle e administração da Companhia ocorreu em 18 de maio de 2022, após a aprovação dos Órgãos Reguladores.

Desta forma o Capital Social no ano de 2022 encerrou com o saldo de R\$96.800 na rubrica de capital subscrito e R\$76.696 registrado na rubrica de capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2021 o Capital Social está assim distribuído:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>Capital</u>
João Carlos Ribeiro	724.638	1.206
J.C.R. Administração e Participações S.A.	9.275.362	85.594
	<u>10.000.000</u>	<u>86.800</u>

Em 31 de dezembro de 2022 o Capital Social está assim distribuído:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>Capital</u>
Vinci Infraestrutura Transporte e Logística Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	100.000.00000	96.800
	<u>100.000.000.000</u>	<u>96.800</u>

MARALTO TERMINAL DE COINTÊINERES S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

15. Despesas operacionais

Descrição	2022	2021
Doações	(657)	(31)
Despesas com pessoal	(631)	(1.391)
Serviços prestados (b)	(531)	(312)
Depreciação	(33)	(53)
Outras Despesas	(460)	(84)
Despesas com viagens e veículos	(117)	(7)
IPTU	(110)	-
Rateios (c)	(94)	(345)
Aluguéis e taxas	(64)	-
Propaganda e publicidade	(56)	(10)
Provisão (reversão) para contingências (a)	1.100	(1.100)
Venda imobilizado	49	2
Reversão de despesas	29	-
Outras receitas	2	3
Custo baixa de bens	(48)	-
Taxas ambientais	-	(71)
Facilities	-	(20)
Eventos	-	(1)
	<u>(1.621)</u>	<u>(3.420)</u>

- (a) Os Assessores Jurídicos Externos avaliaram alteração no risco de perda para a Companhia de provável para remoto referente a Ação Cautelar 4.446, decorrente do INQ 4.309, ambos em trâmite sob sigilo perante o Supremo Tribunal Federal. Desta forma, a provisão consubstanciada pelo depósito judicial de R\$ 1.100 foi baixada em 2022;
- (b) Os serviços prestados referem-se principalmente às despesas com pessoas jurídicas por conta de assessoria e consultoria técnica, serviços advocatícios e serviços administrativos, incorridas para garantir o funcionamento preliminar das operações da Companhia;
- (c) Os *management fees* referem-se à gastos compartilhados entre a J.C.R. Administração e Participações S.A. (controladora) e a Companhia, principalmente relacionado à serviços administrativos, financeiros e contábeis, incorridos para garantir o funcionamento das atividades da Companhia. Após maio de 2023, tais serviços deixaram de ser prestados à Companhia.

16. Resultado financeiro

Descrição	2022	2021
Despesas com juros	-	(3)
Multa	(2)	(1)
Despesas com tarifas	(1)	(1)
Despesas financeiras	(3)	(5)
Rendimento financeiro	326	-
Receita de descontos	16	4
Receitas financeiras	342	4
Resultado financeiro líquido	<u>339</u>	<u>(1)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

17. Seguros (não auditado)

A Companhia possui apólice emitida pela Ezze Seguro, para coberturas de Responsabilidade Civil limite máximo de indenização de R\$ 5.000.000:

<u>Seguradora</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Período de Vigência</u>
Ezze Seguros	Responsabilidade Civil	138 mil	10 de outubro de 2022 até 10 de outubro de 2023

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

(i) Categoria de instrumentos financeiros

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros:

	<u>2022</u>			<u>2021</u>
	Caixa e equivalentes	Outros ativos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Saldo contábil
<u>Ativos</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	3.123	-	3.123	87
	<u>2022</u>			<u>2021</u>
	Empréstimos e obrigações	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Saldo contábil
<u>Passivos</u>				
Fornecedores	-	159	159	5

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado se restringe às aplicações financeiras sujeitas a taxas de juros variáveis, uma vez que os empréstimos possuem taxas fixas.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Para minimizar o risco de crédito, os recursos excedentes são aplicados em instituições de primeira linha.

19. Riscos relacionados a conformidades com leis e regulamentos

Em 2020 as autoridades federais brasileiras movimentaram uma operação para investigar possíveis vantagens indevidas em intervenções junto ao IBAMA, suspeitando da ocorrência de irregularidades em processos de licenciamento ambiental.

A fim de evidenciar a regularidade no processo de licenciamento ambiental do projeto do Porto Pontal do Paraná, a Companhia o submeteu a uma avaliação de conformidade ambiental realizada por empresa terceira e independente.

Tal avaliação identificou evidências de que, em todas as etapas já realizadas do processo, os requisitos legais e regulamentadores exigidos pelos órgãos envolvidos foram integralmente atendidos. Assim é possível afirmar que inexistem quaisquer inconsistências na obtenção das aprovações efetivadas até o momento.

Encerradas as investigações o inquérito foi relatado, tendo os indiciamentos anulados, por decisão do Supremo Tribunal Federal, a pedido da Procuradoria Geral da República.

20. Eventos subsequentes

Em 17 de fevereiro de 2023, a 11ª Vara Federal de Curitiba - PR emitiu sentença sobre a Ação Popular nº 5004714-03.2014.4.04.7008, que julgou improcedente o pedido do autor popular Mário Teixeira.